



PRINCESA DONA
MARIA AMÉLIA

FUNDAÇÃO



CONTAS 2021

PRINCESA DONA
MARIA AMÉLIA
FUNDAÇÃO

FUNDAÇÃO PRINCESA DONA MARIA AMÉLIA
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Moeda : (Valores em Euros)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2021	31 DEZ 2020
ACTIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	5 691 489,65	6 043 065,60
Bens do património histórico e artístico e cultural	4	2 693 176,82	2 693 176,82
Ativos intangíveis	5		3 688,53
Investimentos financeiros	6	23 235,81	17 286,03
		8 407 902,28	8 757 216,98
Ativo corrente			
Créditos a receber	8	2 102,90	9 320,31
Estado e outros entes públicos	7	14 605,23	5 280,59
Diferimentos	8	45 495,04	24 772,02
Outros ativos correntes	8	877 017,08	852 156,49
Caixa e depósitos bancários	9	1 580 945,09	1 293 647,70
		2 520 165,34	2 185 177,11
Total do ativo		10 928 067,62	10 942 394,09
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	10	11 110 495,13	11 110 495,13
Resultados transitados	10	(3 381 241,82)	(3 361 551,15)
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	10	1 803 595,13	1 930 698,65
		9 532 848,44	9 679 642,63
Resultado líquido do período	10	87 672,62	(19 690,67)
Total dos fundos patrimoniais	10	9 620 521,06	9 659 951,96
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores	11	48 148,04	37 070,77
Estado e outros entes públicos	7	52 806,75	77 365,68
Diferimentos	11	832 677,41	851 497,71
Outros passivos correntes	11	373 914,36	316 507,97
		1 307 546,56	1 282 442,13
Total do passivo		1 307 546,56	1 282 442,13
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		10 928 067,62	10 942 394,09

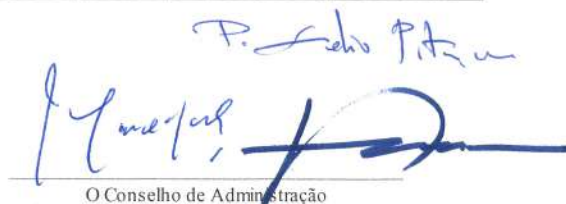

O Contabilista Certificado


O Conselho de Administração

FUNDAÇÃO PRINCESA DONA MARIA AMÉLIA
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

		Moeda : (Valores em Euros)	
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	12	1 356 847,56	1 028 112,62
Subsídios, doações e legados à exploração	13	1 870 046,42	1 988 226,34
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	15		(55 417,58)
Fornecimentos e serviços externos	16	(528 716,53)	(473 588,75)
Gastos com o pessoal	17	(2 290 144,60)	(2 203 138,72)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	8	(546,38)	
Aumentos/reduções de justo valor		(33,42)	219,02
Outros rendimentos	14	162 517,74	169 447,33
Outros gastos	18	(18 931,60)	(9 323,50)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		551 039,19	444 536,76
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	19	(463 484,84)	(464 511,86)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		87 554,35	(19 975,10)
Juros e rendimentos similares obtidos		118,27	284,43
Resultados antes de impostos		87 672,62	(19 690,67)
Resultado líquido do período		87 672,62	(19 690,67)


O Contabilista Certificado

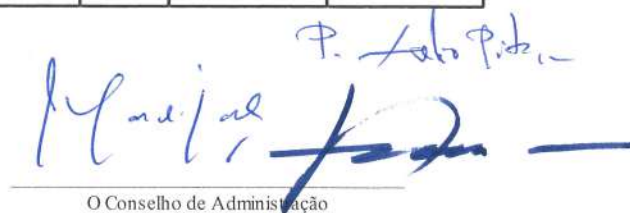

O Conselho de Administração

FUNDAÇÃO PRINCESA DONA MARIA AMÉLIA
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
FUNDAÇÃO
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Moeda : (Valores em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Subsídios, doações e legados à exploração	13	350 000,00	300 000,00
Fornecimentos e serviços externos	16	(45 349,87)	(45 400,73)
Gastos com o pessoal	17	(117 199,11)	(148 455,19)
Aumentos/reduções de justo valor	8	(33,42)	219,02
Outros rendimentos	14	5 196,52	6 176,28
Outros gastos	18	(12 539,46)	(2 905,54)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		180 074,66	109 633,84
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	19	(9 729,06)	(10 220,36)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		170 345,60	99 413,48
Juros e rendimentos similares obtidos		112,51	278,38
Resultados antes de impostos		170 458,11	99 691,86
Resultado líquido do período		170 458,11	99 691,86

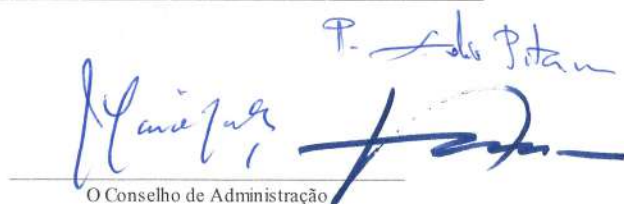

O Contabilista Certificado


O Conselho de Administração

FUNDAÇÃO PRINCESA DONA MARIA AMÉLIA
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
EXTERNATO PRINCESA DONA MARIA AMÉLIA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

		Moeda : (Valores em Euros)	
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	12	684 190,52	466 602,90
Subsídios, doações e legados à exploração	13	698 758,13	785 827,68
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	15		(10 649,50)
Fornecimentos e serviços externos	16	(226 314,23)	(163 208,34)
Gastos com o pessoal	17	(1 020 988,73)	(1 008 275,71)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	8	(443,80)	
Outros rendimentos	14	11 036,19	8 585,27
Outros gastos	18	(3 866,68)	(3 759,98)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		142 371,40	75 122,32
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	19	(223 084,95)	(220 378,27)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(80 713,55)	(145 255,95)
Juros e rendimentos similares obtidos		5,76	6,05
Resultados antes de impostos		(80 707,79)	(145 249,90)
Resultado líquido do período		(80 707,79)	(145 249,90)


O Contabilista Certificado


O Conselho de Administração

FUNDAÇÃO PRINCESA DONA MARIA AMÉLIA
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
INFANTÁRIO RAINHA SILVIA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Moeda : (Valores em Euros)	
		PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	12	193 877,50	128 916,50
Subsídios, doações e legados à exploração	13	526 301,14	585 673,41
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	15		(12 887,66)
Fornecimentos e serviços externos	16	(60 816,75)	(51 705,43)
Gastos com o pessoal	17	(614 102,95)	(561 618,04)
Outros rendimentos	14	2 084,26	1 195,65
Outros gastos	18	(424,75)	(831,64)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		46 918,45	88 742,79
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	19	(79 965,82)	(80 646,39)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(33 047,37)	8 096,40
Resultados antes de impostos		(33 047,37)	8 096,40
Resultado líquido do período		(33 047,37)	8 096,40


O Contabilista Certificado


O Conselho de Administração

FUNDAÇÃO PRINCESA DONA MARIA AMÉLIA
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
LAR IDOSOS E CENTRO DE DIA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Moeda : (Valores em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	12	478 779,54	432 593,22
Subsídios, doações e legados à exploração	13	286 253,70	273 042,73
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	15		(31 880,42)
Fornecimentos e serviços externos	16	(190 557,80)	(192 033,85)
Gastos com o pessoal	17	(522 715,11)	(428 309,02)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	8	(102,58)	
Outros rendimentos	14	142 965,87	137 334,28
Outros gastos	18	(2 005,36)	(971,20)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		192 618,26	189 775,74
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	19	(138 268,01)	(140 483,95)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		54 350,25	49 291,79
Resultados antes de impostos		54 350,25	49 291,79
Resultado líquido do período		54 350,25	49 291,79


O Contabilista Certificado


O Conselho de Administração

FUNDAÇÃO PRINCESA DONA MARIA AMÉLIA
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
LAR DE CRIANÇAS E JOVENS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Moeda : (Valores em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Subsídios, doações e legados à exploração	13	8 733,45	43 682,52
Fornecimentos e serviços externos	16	(5 677,88)	(21 240,40)
Gastos com o pessoal	17	(15 138,70)	(56 480,76)
Outros rendimentos	14	1 234,90	16 155,85
Outros gastos	18	(95,35)	(855,14)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(10 943,58)	(18 737,93)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	19	(12 437,00)	(12 782,89)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(23 380,58)	(31 520,82)
Resultados antes de impostos		(23 380,58)	(31 520,82)
Resultado líquido do período		(23 380,58)	(31 520,82)


O Contabilista Certificado


O Conselho de Administração

FUNDAÇÃO PRINCESA DONA MARIA AMÉLIA
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Moeda : (Valores em Euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>			
Recebimentos de Clientes e Utentes		1 368 665,26	1 037 410,37
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamentos a fornecedores		(523 750,88)	(503 290,35)
Pagamentos ao pessoal		(1 896 212,57)	(1 821 919,49)
Caixa gerada pelas operações		(1 051 298,19)	(1 287 799,47)
Outros recebimentos/pagamentos		1 440 333,66	1 597 500,07
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		389 035,47	309 700,60
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(95 819,10)	(26 651,36)
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros		(6 037,25)	(4 933,58)
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		112,51	121,51
Juros e rendimentos similares		5,76	171,92
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(101 738,08)	(31 291,51)
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)			
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		287 297,39	278 409,09
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	9	1 293 647,70	1 015 238,61
Caixa e seus equivalentes no fim do período	9	1 580 945,09	1 293 647,70


 O Contabilista Certificado


 O Conselho de Administração

ANEXO

Em 31 de Dezembro de 2021

(Valores expressos em euros)

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 – Designação da entidade e Sede

A Fundação Princesa Dona Maria Amélia, doravante designada simplesmente por Fundação, é uma Instituição de Solidariedade Social, com sede na Avenida do Infante, números 12 e 14, freguesia da Sé, cidade do Funchal, instituída em cumprimento de disposição testamentária de Sua Majestade a Imperatriz do Brasil, Dona Amélia, Duquesa de Bragança.

A Fundação, anteriormente conhecida por Hospício da Princesa Dona Maria Amélia, é uma instituição secular, com atividade concentrada na Região Autónoma da Madeira que, pelo Decreto Regulamentar número 3/84, de 22 de março de 1984, lhe atribuiu o “Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social”. Também lhe foi concedido o Estatuto de Pessoa Coletiva de Utilidade Pública, nos termos do art.º 8 do Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pelo Decreto-Lei nº 119/83, de 25 de fevereiro.

1.2 – NIPC

500 801 002

1.3 – Natureza da atividade

A Fundação tem o seu âmbito de ação restrito ao território da Região Autónoma da Madeira, exercendo as suas atividades nos estabelecimentos:

- a) O Hospício da Princesa Dona Maria Amélia, doravante designado simplesmente por Lar de Idosos, que inclui um Lar e um Centro de Dia para idosos;

- b) O Lar de Crianças e Jovens, doravante designado simplesmente por Lar de Crianças, anteriormente conhecido como Orfanato, e destinado à frequência, em regime de internato, de crianças necessitadas, do sexo feminino, com preferência para as que careçam de apoio familiar;
- c) O Externato Princesa Dona Maria Amélia, doravante designado simplesmente por Externato, que inclui educação Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino básico e é destinado, em regime de externato, a crianças com idades compreendidas entre os 4 e 12 anos;
- d) O Infantário Rainha Silvia, doravante designado simplesmente por Infantário, que inclui Creche e Jardim de Infância, destinado a crianças desde a fase do berçário até aos 3 anos de idade.

Em maio de 2021 o Conselho de Administração deliberou a extinção da valência Lar de Crianças e Jovens, cessando as respetivas atividades e encerrando as instalações que lhe estavam afetas e passando a dedicar todos os seus recursos humanos e materiais ao desenvolvimento das valências Externato Princesa Dona Maria Amélia, Infantário Rainha Silvia e, em especial, ao Lar de Idosos para um exercício mais eficaz destas atividades.

As instalações da Fundação na cidade do Funchal, situadas no imóvel com que a dotou a sua Fundadora, incluem, nomeadamente, o edifício principal, que vem funcionando como centro de geronto-geriatria; o edifício destinado ao Lar de Idosos; o conjunto de edifícios escolares; a residência do Capelão; um pequeno edifício destinado a lavagem e tratamento de roupas; outros pequenos edifícios de apoio a exploração agrícola e uma portaria.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Bases de Preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o referencial contabilístico preconizado pelo normativo contabilístico das Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF - ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março de 2011, e republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. O Anexo II do referido Decreto refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;

- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

As demonstrações financeiras, que incluem um Balanço, uma Demonstração dos Resultados por Naturezas, uma Demonstração de Resultados por Valências, uma Demonstração dos Resultados por Funções, uma Demonstração dos Fluxos de Caixa, uma Demonstração de Alterações de Fundos Patrimoniais e um Anexo, foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

2.2. Derrogação das disposições do SNC-ESNL

Na preparação e apresentação das demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC - ESNL.

2.3. Conteúdos não comparáveis com o período anterior

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são comparáveis com os do período anterior, apresentados como comparativos nas presentes demonstrações financeiras, com a exceção de:

a) Demonstração dos Resultados:

Em 2021, a rubrica de “custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas” deixa de ser utilizada, passando o custo a ser registado na rubrica de “fornecimentos e serviços externos”.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Estas políticas foram consistentemente aplicadas, salvo indicação em contrário.

3.1. Políticas de reconhecimento e mensuração

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos desta entidade de acordo com a normalização contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL).

3.2. Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, que compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida, deduzido das respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, quando o ativo está disponível para uso, pelo método da linha reta, por duodécimos, de forma consistente de período a período, de acordo com as seguintes vidas úteis:

Ativos fixos tangíveis	Vida útil estimada
Edifícios e Outras Construções	20 anos
Equipamento Básico	5 a 8 anos
Equipamento de Transporte	4 anos
Equipamento Administrativo	Entre 2 a 8 anos
Outros Ativos Fixos Tangíveis	Entre 2 a 8 anos

3.3. Bens do Património Histórico e Cultural

A Instituição detém um imóvel que foi reconhecido como um imóvel de Interesse Público, inaugurado a 4 de fevereiro de 1862. Este imóvel, não tem depreciações de acordo com as regras contabilísticas em vigor.

3.4. Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Instituição e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

3.5. Instrumentos Financeiros

Os ativos financeiros, os passivos financeiros ou os instrumentos de capital próprio são reconhecidos apenas quando a entidade se constitui como uma parte das disposições contratuais do empréstimo.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram, ou quando transfere para outra parte todos os riscos significativos e benefícios relacionados com o ativo financeiro.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando os mesmos se extinguem, ou seja, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

3.6. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber. O rédito associado com uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Instituição;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada;

PT

d. l. k

- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a mesma possam ser fiavelmente mensurados.

A estrutura do rédito no Externato é composta pelas mensalidades pagas pelos pais dos alunos, e pelas refeições fornecidas pela valência aos alunos que frequentam a Instituição.

O rédito do Infantário é constituído pelas mensalidades pagas pelos pais dos alunos, em função dos escalões de rendimento considerados pela Segurança Social. A Instituição observa a tabela definida pela Portaria n.º 103/2011 de 18 de agosto de 2011, republicado pelo Anexo da Portaria n.º 1 /2019 de 2 de janeiro de 2019.

O rédito da valência Lar de Idosos é composto por mensalidades pagas pelos utentes residentes no Lar de Idosos. O montante das mensalidades pagas pelos utentes que usufruem das vagas da Segurança Social é igual ao montante auferido por conta pensões. Para os restantes utentes, que ocupam vagas privadas, a mensalidade é a definida pelo preçário em vigor.

3.7. Subsídios, Doações e Legados à Exploração

Os subsídios e participações do Estado e de outros organismos oficiais são reconhecidos em conformidade com as normas legais aplicáveis e com os acordos de cooperação celebrados com os serviços oficiais competentes.

Para as valências Externato e Infantário, a participação financeira recebida é destinada a fazer face às despesas com o funcionamento e ação social educativa, com uma programação financeira estabelecida anualmente, no início de cada ano letivo. A quantia definida é estabelecida através de orçamento prévio enviado à Secretaria de Educação, onde constam os gastos do pessoal e o número de alunos por sala. Este subsídio, definido no início de cada ano letivo, poderá ser corrigido, após a conclusão do ano letivo, mediante a análise do Relatório da execução das verbas distribuídas.

À valência Lar de Idosos, através do Acordo de Cooperação n.º 27/2001/GL, é atribuída mensalmente e por utente uma participação financeira que é calculada com base nos valores fixados anualmente por Resolução do Governo Regional.

À valência Lar de Crianças é atribuída pelo Instituto de Segurança Social Madeira, IP-RAM uma participação mensal, em função da capacidade máxima. No entanto, caso a frequência tenha uma redução superior em mais de 15% relativamente à sua capacidade máxima, o n.º de



utentes a ser participado corresponde ao n.º efetivo de frequência, sendo esse número comunicado à Segurança Social até ao dia 5 de cada mês.

Os subsídios atribuídos, quer pela Segurança Social, quer pela Secretaria Regional da Educação e por outras entidades, são reconhecidos quando existe segurança que a Instituição cumprirá as condições a eles associadas e que os mesmos serão recebidos.

Os restantes subsídios/doações são reconhecidos numa base de caixa a não ser que sejam subsídios contratualizados, como os incentivos recebidos do Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM.

3.8. Fundos Patrimoniais

O património da Fundação é constituído pelos bens com que foi dotada inicialmente pela Fundadora. Para além da dotação patrimonial inicial, fazem parte do património da Fundação todos os bens e direitos adquiridos a qualquer título. Constituem receitas da Fundação:

- a) Os rendimentos da atividade desenvolvida no âmbito da prossecução dos seus objetivos;
- b) Os rendimentos dos fundos da Fundação sob a administração da Coroa Sueca;
- c) Os rendimentos de heranças, legados e doações;
- d) Os subsídios e participações do Estado e de outros organismos oficiais; e
- e) Os donativos que lhe sejam entregues por pessoas singulares ou coletivas que se proponham apoiar a atividade da Fundação.

3.9. Créditos a Receber e Outros Ativos Correntes

Os “Créditos a Receber” e “Outros Ativos Correntes” encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidos no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são reconhecidas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.



Estas rubricas são apresentadas no Balanço como ativo corrente. No entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não correntes.

3.10. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e Depósitos Bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

3.11. Fornecedores e Outros Passivos Correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros Passivos Correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.12. Benefícios dos Empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Administração.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

3.13. Estado

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este inclui as tributações autónomas.

Nos termos da alínea b) n.º 1 do art.º 10.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), as Instituições Particulares de Solidariedade Social estão isentas de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). Esta Fundação é uma instituição de solidariedade social estando enquadrada no respetivo regime de isenção do IRC.

J. A. K)

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Instituição dos anos de 2018 a 2021 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.14. Fluxos de Caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Instituição classifica na rubrica “Caixa e Seus Equivalentes” os montantes de caixa e de depósitos à ordem.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos.

3.15. Outras Informações

a) Imputação das despesas comuns

O critério de imputação de despesas comuns às diferentes valências é definido de acordo com a representatividade da massa salarial em cada uma das valências.

	INFANTÁRIO	EXTERNATO	LAR CRIANÇAS E JOVENS	LAR IDOSOS E CENTRO DIA	FUNDAÇÃO	Total
% de Imputação	28,22%	45,13%	2,02%	20,17%	4,46%	100,00%

As despesas comuns compreendem os gastos com serviços de contabilidade, serviços de informática, serviços de auditoria, manutenção de jardins, gastos com os funcionários dos departamentos de manutenção e administrativo e outras despesas que possam surgir e que sejam comuns a todas as valências.

b) Imputação de outras despesas

São aplicados os seguintes critérios de imputação para as seguintes despesas:

Gastos com serviços de **vigilância e segurança** - distribuídos pelas valências Externato e Infantário, tendo em conta o número de alunos.

Gastos com **gás** - distribuídos 50% para a valência Lar de Idosos e Centro de Dia, sendo os restantes 50% distribuídos pelas valências Externato e Infantário, tendo em conta o número de alunos.

Gastos com os **funcionários de serviços gerais** - (serviços de limpeza) - distribuídos 80% para a valência Lar de Idosos e os restantes 20% para a valência Fundação.

Gastos com o seguro de **acidentes pessoais** - distribuídos pelas valências Externato e Infantário, tendo em conta o número de alunos.

Gastos com **água (n.º consumidor 490320)** distribuídos 53,20% para a valência Infantário, sendo os restantes 46,80% distribuídos pelas valências Lar de Idosos, tendo em conta os consumos registados num período.

c) Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da entidade.

d) Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

e) Alterações nas políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método da linha reta, durante as vidas úteis estimadas, mencionadas na nota 3.2.

Durante o período findo 2021, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis foi:

Descrição	31-12-2020	Adições / Dotações	Abates	Transferências	31-12-2021
Outros ativos fixos tangíveis					
Terrenos e recursos naturais	2 904 500,15				2 904 500,15
Edifícios e outras construções	9 608 353,51	68 027,33			9 676 380,84
Equipamento Básico	654 333,03	5 846,05			660 179,08
Equipamento Administrativo	89 178,31			1 376,18	87 802,13
Outros ativos tangíveis	12 016,66	3 983,54			16 000,20
Ativos fixos tangíveis em curso	18 838,50	37 292,51			56 131,01
Ativo fixo tangível bruto	13 287 220,16	115 149,43		1 376,18	13 400 993,41
Depreciações acumuladas	(7 244 154,56)	(459 796,31)	(5 552,89)		(7 709 503,76)
Perdas por imparidade acumuladas					
Ativo fixo tangível líquido	6 043 065,60	(344 646,88)	(5 552,89)	1 376,18	5 691 489,65
Bens do património histórico e cultural	2 693 176,82				2 693 176,82

Durante o período findo 2020, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis foi:

Descrição	31-12-2019	Adições / Dotações	Abates	Transferências	31-12-2020
Outros ativos fixos tangíveis					
Terrenos e recursos naturais	2 904 500,15				2 904 500,15
Edifícios e outras construções	9 608 353,51				9 608 353,51
Equipamento Básico	632 823,62	21 509,41			654 333,03
Equipamento Administrativo	89 178,31				89 178,31
Outros ativos tangíveis	11 679,05	337,61			12 016,66
Ativos fixos tangíveis em curso	12 942,90	5 895,60			18 838,50
Ativo fixo tangível bruto	13 259 477,54	27 742,62			13 287 220,16
Depreciações acumuladas	(6 784 738,82)	(459 415,74)			(7 244 154,56)
Perdas por imparidade acumuladas					
Ativo fixo tangível líquido	6 474 738,72	(431 673,12)			6 043 065,60
Bens do património histórico e cultural	2 693 176,82				2 693 176,82

[Handwritten signature]

5. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis são amortizados de acordo com o método da linha reta, durante as vidas úteis estimadas, mencionadas na nota 3.4.

Durante o período findo 2021, o movimento ocorrido nos ativos intangíveis foi:

Descrição	31-12-2020	Adições / Dotações	Abates	Transferências	31-12-2021
Bens do domínio público					
Outros ativos intangíveis					
Goodwill					
Projetos de desenvolvimento					
Programas de computador	15 287,15				15 287,15
Outros ativos intangíveis					
Ativos intangíveis em curso					
Ativo intangível bruto	15 287,15				15 287,15
Depreciações acumuladas	(11 598,62)	(3 688,53)			(15 287,15)
Perdas por imparidade acumuladas					
Ativo intangível líquido	3 688,53	(3 688,53)			0,00

Durante o período findo 2020, o movimento ocorrido nos ativos intangíveis foi:

Descrição	31-12-2019	Adições / Dotações	Abates	Transferências	31-12-2020
Bens do domínio público					
Outros ativos intangíveis					
Goodwill					
Projetos de desenvolvimento					
Programas de computador	15 287,15				15 287,15
Outros ativos tangíveis					
Ativos intangíveis em curso					
Ativo intangível bruto	15 287,15				15 287,15
Depreciações acumuladas	(6 502,50)	(5 096,12)			(11 598,62)
Perdas por imparidade acumuladas					
Ativo intangível líquido	8 784,65	(5 096,12)			3 688,53

6. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de "Investimentos Financeiros" apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2021	31-12-2020
Fundos de compensação	18 981,02	12 997,82
Outros investimentos financeiros	4 254,79	4 288,21
Total Ativo	23 235,81	17 286,03

7. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de "Estado e Outros Entes Públicos" apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2021	31-12-2020
Estado e Outros Entes Públicos	Corrente	Corrente
Ativos		
Imposto sobre o rendimento		
Imposto sobre valor acrescentado	14 605,23	5 280,59
Total Ativo	14 605,23	5 280,59
Passivos		
Imposto sobre o rendimento		
Retenção Impostos sobre Rendimento	10 264,00	33 769,25
Imposto sobre valor acrescentado	44,69	187,55
Contribuições para Segurança Social	36 084,93	35 932,55
Contribuições para CGA	4 837,37	5 906,80
Contribuições para FCT/FGCT	502,65	496,40
Imposto Municipal Imóveis	1 073,11	1 073,13
Total Passivo	52 806,75	77 365,68

As quantias a receber do IVA - Imposto sobre o valor acrescentado, no montante de 14.605,23 euros, correspondem ao IVA a recuperar das seguintes despesas:

- 50% do IVA suportado na aquisição de bens e serviços relacionados com a construção, manutenção ou conservação de imóveis;
- 50% do IVA suportado na aquisição de bens do ativo fixo tangível;
- 50% do IVA suportado na aquisição de bens e serviços de alimentação e bebidas.



8. CRÉDITOS A RECEBER, DIFERIMENTOS E OUTROS ATIVOS CORRENTES:

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, as rubricas de “Créditos a Receber”, “Diferimentos” e “Outros Ativos Correntes” apresentam a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2021	31-12-2020
Créditos a receber		
Clientes	314,15	841,80
Utentes	1 788,75	8 478,51
Total de Créditos a receber	2 102,90	9 320,31
Diferimentos		
Seguros	9 211,52	5 663,45
Outros custos diferidos	36 283,52	19 108,57
Total de Diferimentos	45 495,04	24 772,02
Outros ativos correntes		
Fornecedores	159,48	50,00
Devedores por acrescimo de rendimentos	0,76	27,55
Outros devedores diversos	876 856,84	852 078,94
Total de Outros passivos correntes	877 017,08	852 156,49

Na conta de “Outros Devedores Diversos” encontram-se registados os Acordos de Cooperação com a Região Autónoma da Madeira, através da Secretaria Regional de Educação, Ciência e Tecnologia, para comparticipar nos custos com o funcionamento e Ação Social Educativa, de modo a contribuir para a prossecução das finalidades do sistema educativo na Região Autónoma da Madeira, para as valências Externato e Infantário, para o ano letivo 2021/2022.



9. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS:

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários" apresenta a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2021	31-12-2020
Caixa	326,07	436,65
Depósitos à ordem	630 344,51	342 936,54
Outros depósitos bancários	950 274,51	950 274,51
Total	1 580 945,09	1 293 647,70

10. FUNDOS PATRIMONIAIS

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, os "Fundos Patrimoniais" apresentam a seguinte decomposição:

Descrição	Saldo em 31-12-2020	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-12-2021
Fundos	11 110 495,13			11 110 495,13
Resultados transitados	(3 361 551,15)	(19 690,67)		(3 381 241,82)
Outras variações nos fundos patrimoniais	1 930 698,65		127 103,52	1 803 595,13
Resultado líquido do período	(19 690,67)			87 672,62
Total	9 659 951,96	(19 690,67)	127 103,52	9 620 521,06

Nas contas de outras variações nos fundos patrimoniais encontram-se registados o apoio concedido pela Coroa Sueca para construção do novo edifício para a valência Lar de Idosos, que está a ser reconhecido em rendimentos pelo tempo de vida útil do ativo, sendo a quantia imputada a rendimentos no período de 2021 de 127.103,52 euros.

A rubrica de "Outras Variações nos Fundos Patrimoniais" é decomposta como segue:

Descrição	Saldo em 31-12-2020	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-12-2021
Outras variações nos fundos patrim. Doações	90 000,00			90 000,00
Outras variações nos fundos patrim. Outras	2 359 308,59			2 359 308,59
Outras var. nos fundos patrim. - imput. Financ.	(518 609,94)		(127 103,52)	(645 713,46)
Total	1 930 698,65		(127 103,52)	1 803 595,13

72
L. 9
K

11. FORNECEDORES, DIFERIMENTOS E OUTROS PASSIVOS CORRENTES.

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, as rubricas de “Créditos a Receber”, “Diferimentos” e “Outros Passivos Correntes” apresentavam a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2021	31-12-2020
Fornecedores		
Fornecedores	30 193,89	37 070,77
Total de Fornecedores	30 193,89	37 070,77
Diferimentos		
Rendimentos a reconhecer	832 677,41	851 497,71
Total de Diferimentos	832 677,41	851 497,71
Outros passivos correntes		
Fornecedores de investimentos	17 954,15	0,00
Credores por acréscimo de gastos	317 622,18	308 565,29
Outros credores diversos	56 292,18	7 942,68
Total de Outros passivos correntes	391 868,51	316 507,97

Nos credores por acréscimos de gastos encontram-se registados:

- O acréscimo de férias e subsídios de férias, relativas ao período de 2021, que serão pagas em 2022 no montante de 296.529,24 euros;
- Gastos relativos ao período em análise de água, eletricidade, auditoria e prestadores de serviços no montante global de 21.092,94 euros.

Os diferimentos registados, a título de rendimentos a reconhecer, correspondem às seguintes situações:

- Contratos de apoio celebrados com o Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM, cujo rendimento será reconhecido em 2022 no montante de 851,12 euros;
- Contratos programa celebrados com a Secretaria Regional de Educação, Ciência e Tecnologia, cujo rendimento será reconhecido em 2022 da seguinte forma:

1. Valência Infantário Rainha Sílvia

- Funcionamento 304.267,52 euros;
- Apoio social 75.488,00 euros.

[Handwritten signature]

2. Valência Externato Princesa Dona Maria Amélia

- a. Funcionamento 430.250,08 euros;
- b. Apoio social 17.539,74 euros.

Pagamento antecipado de refeições, servidas no Externato, pela plataforma SIGE, no montante de 4.280,95 euros.

12. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

As quantias de rédito na categoria de vendas e prestações de serviços, reconhecidas durante o período de 2021 e 2020 são as seguintes:

Descrição	31-12-2021	31-12-2020
Lar de Idosos e Centro de Dia		
Prestações de Serviços	478 779,54	432 593,22
Total Lar de Idosos e Centro de Dia	478 779,54	432 593,22
Externato Princesa Dona Maria Amélia		
Prestações de Serviços	684 190,52	466 602,90
Total Externato Princesa Dona Maria Amélia	684 190,52	466 602,90
Infantário Rainha Silvia		
Prestações de Serviços	193 877,50	128 916,50
Total Infantário Rainha Silvia	193 877,50	128 916,50
Total das Vendas e Prestações de Serviços	1 356 847,56	1 028 112,62

O rédito reconhecido corresponde aos montantes recebidos das mensalidades e de serviços prestados relativos a atividades estreitamente conexas, efetuadas nos estabelecimentos de ensino e de terceira idade.

13. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

As quantias das várias categorias de subsídios reconhecidas durante o período de 2021 e 2020, são as seguintes:

Descrição	31-12-2021	31-12-2020
Lar de Idosos e Centro de Dia		
Subsídios das entidades públicas		
Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM	276 465,83	263 445,24
Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM	9 787,87	9 597,49
Total Lar de Idosos e Centro de Dia	286 253,70	273 042,73
Lar de Crianças e Jovens		
Subsídios das entidades públicas		
Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM	8 733,45	43 682,52
Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM		
Total Lar de Crianças e Jovens	8 733,45	43 682,52
Externato Princesa Dona Maria Amélia		
Subsídios das entidades públicas		
Secretaria Regional de Educação	677 911,43	770 717,36
Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM	20 846,70	15 110,32
Total Externato Princesa Dona Maria Amélia	698 758,13	785 827,68
Infantário Rainha Silvia		
Subsídios das entidades públicas		
Secretaria Regional de Educação	526 301,14	585 673,41
Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM		
Total Infantário Rainha Silvia	526 301,14	585 673,41
Fundação Princesa Dona Maria Amélia		
Subsídios de outras entidades	350 000,00	300 000,00
Total Fundação Princesa Dona Maria Amélia	350 000,00	300 000,00
Total	1 870 046,42	1 988 226,34

Os subsídios reconhecidos são cooperações financeiras concedidas pelo Governo Regional da Madeira que se destinam a comparticipar nos custos de funcionamento e Ação Social Educativa, de modo a contribuir para a prossecução das finalidades e objetivos do sistema educativo na Região Autónoma da Madeira para as seguintes valências:

- Externato Princesa Dona Maria Amélia;
- Infantário Rainha Silvia

J. G. K.

Para as valências Lar de Idosos, uma comparticipação financeira mensal, por utente, calculada nos valores fixados anualmente por Resolução do Conselho do Governo Regional, atribuída pelo Instituto de Segurança Social da Madeira, IP. Existe um apoio mensal do Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM para o Serviço de apoio Domiciliário.

A Instituição tem vindo a celebrar contratos de estágios profissionais com o Instituto de Emprego da Madeira.

Em 2021 foi novamente celebrado um contrato programa com a Secretaria Regional de Inclusão Social e Cidadania com vista a apoiar a valência Lar de Idosos na adaptação das instalações, ao contexto da pandemia da COVID-19, de forma a garantir o cumprimento das normas estabelecidas e das recomendações da Autoridade de Saúde.

Descrição	31-12-2021	31-12-2020
Programa Social Ajuda+	29 657,00	19 664,00
Total	29 657,00	19 664,00

14. OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica de "Outros Rendimentos" nos períodos de 2021 e de 2020 é detalhada conforme segue:

Descrição	31-12-2021	31-12-2020
Lar de Idosos e Centro de Dia		
Descontos de pronto pagamento	288,81	305,09
Imputação de Subsídios ao investimentos	127 103,52	128 331,52
Donativos	8 323,10	1 656,66
Outros Rendimentos	7 250,44	7 041,01
Total Lar de Idosos e Centro de Dia	142 965,87	137 334,28
Lar de Crianças e Jovens		
Rendimentos suplementares	636,82	4 462,80
Descontos de pronto pagamento		
Donativos	200,00	10 862,65
Outros rendimentos	398,08	830,40
Total Lar de Crianças e Jovens	1 234,90	16 155,85
Externato Princesa Dona Maria Amélia		
Rendimentos suplementares	3 220,51	4 759,70
Descontos de pronto pagamento		45,00
Donativos		
Outros rendimentos	7 815,68	3 780,57
Juros obtidos		
Total Externato Princesa Dona Maria Amélia	11 036,19	8 585,27
Infantário Rainha Silvia		
Outros rendimentos	2 084,26	1 195,65
Total Infantário Rainha Silvia	2 084,26	1 195,65
Fundação Princesa Dona Maria Amélia		
Rendimentos suplementares	598,56	598,56
Descontos de pronto pagamento		
Donativos	30,00	3 425,00
Outros rendimentos	4 567,96	2 152,72
Juros obtidos		
Total Fundação Princesa Dona Maria Amélia	5 196,52	6 176,28
Total	162 517,74	169 447,33

Nesta rubrica, os rendimentos com maior evidência correspondem à contabilização da imputação do subsídio concedido pela Coroa Sueca para construção do um novo edifício para a valência Lar de Idosos, inaugurado em 2 de maio de 2017. O apoio é imputado por duodécimos como rendimentos pelo tempo de vida útil do ativo.

[Handwritten signature and initials in blue ink]

15. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

A rubrica de “Custo das Matérias Vendidas e das Matérias Consumidas” nos períodos de 2021 e de 2020 é detalhada conforme segue:

Descrição	31-12-2021	31-12-2020
Lar de Idosos e Centro de Dia		
Matérias-Primas		
Matérias de Consumo		31 880,42
Sub Total		31 880,42
Externato Princesa Dona Maria Amélia		
Matérias-Primas		10 649,50
Matérias de Consumo		
Sub Total		10 649,50
Infantário Rainha Silvia		
Matérias-Primas		12 887,66
Matérias de Consumo		
Sub Total		12 887,66
Total		55 417,58

Até ao exercício de 2020, as quantias registadas nesta rubrica correspondem às matérias-primas utilizadas na confeção de algumas refeições servidas nos estabelecimentos de ensino, bem como as matérias de consumo constituídas por medicação, produtos de higiene e conforto e outros consumos estreitamente conexas às prestações de serviços, efetuadas no exercício das atividades desenvolvidas nas valências.

A partir do exercício de 2021, passou-se a contabilizar estes gastos diretamente na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

16. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos" nos períodos de 2021 e 2020 é detalhada conforme segue:

Descrição	31-12-2021	31-12-2020
Lar de Idosos e Centro de Dia		
Subcontratos	69 488,79	73 669,13
Serviços especializados	33 585,06	64 812,35
Materiais	4 435,90	3 826,54
Energia e fluidos	36 143,60	27 122,23
Deslocações, estadas e transportes	9,48	
Serviços Diversos	46 894,97	22 603,60
Total Lar de Idosos e Centro de Dia	190 557,80	192 033,85
Lar de Crianças e Jovens		
Serviços especializados	572,04	1 290,45
Materiais	92,52	808,09
Energia e fluidos	2 611,05	4 691,44
Deslocações, estadas e transportes	436,35	363,80
Serviços Diversos	1 965,92	14 086,62
Total Lar de Crianças e Jovens	5 677,88	21 240,40
Externato Princesa Dona Maria Amélia		
Subcontratos	101 529,26	68 450,04
Serviços especializados	50 734,79	52 647,78
Materiais	7 448,94	3 692,44
Energia e fluidos	28 546,25	22 361,67
Deslocações, estadas e transportes	680,00	62,00
Serviços Diversos	37 374,99	15 994,41
Total Externato Princesa Dona Maria Amélia	226 314,23	163 208,34
Infantário Rainha Silvia		
Serviços especializados	15 797,37	21 638,66
Materiais	3 060,80	2 725,99
Energia e fluidos	15 741,13	19 037,32
Serviços Diversos	26 217,45	8 303,46
Total Infantário Rainha Silvia	60 816,75	51 705,43
Fundação Princesa Dona Maria Amélia		
Serviços especializados	16 663,80	17 138,23
Materiais	6 861,79	4 161,03
Energia e fluidos	12 341,05	11 597,09
Deslocações, estadas e transportes		859,10
Serviços Diversos	9 483,23	11 645,28
Total Fundação Princesa Dona Maria Amélia	45 349,87	45 400,73
Total	528 716,53	473 588,75

17. BENEFÍCIOS DE EMPREGADOS

Os gastos com o pessoal do período de 2021 e 2020 foram os seguintes:

Descrição	31-12-2021	31-12-2020
Lar de Idosos e Centro de Dia		
Remunerações do Pessoal	426 845,57	348 158,94
Encargos sobre remunerações	91 220,45	76 427,03
Seguro de Acidente de Trabalho	2 455,66	1 242,87
Outros gastos com pessoal	2 193,43	2 480,18
Total Lar de Idosos e Centro de Dia	522 715,11	428 309,02
Lar de Crianças e Jovens		
Remunerações do Pessoal	12 235,89	45 896,94
Encargos sobre remunerações	2 656,91	10 076,63
Seguro de Acidente de Trabalho	245,90	476,50
Outros gastos com pessoal		30,69
Total Lar de Crianças e Jovens	15 138,70	56 480,76
Externato Princesa Dona Maria Amélia		
Remunerações do Pessoal	838 036,95	831 134,87
Encargos sobre remunerações	173 220,24	170 329,68
Seguro de Acidente de Trabalho	5 494,44	6 389,87
Outros gastos com pessoal	4 237,10	421,29
Total Externato Princesa Dona Maria Amélia	1 020 988,73	1 008 275,71
Infantário Rainha Silvia		
Remunerações do Pessoal	502 542,72	458 868,54
Encargos sobre remunerações	107 774,19	98 553,56
Seguro de Acidente de Trabalho	3 435,69	3 726,50
Outros gastos com pessoal	350,35	469,44
Total Infantário Rainha Silvia	614 102,95	561 618,04
Fundação Princesa Dona Maria Amélia		
Remunerações do Pessoal	97 210,95	121 495,12
Encargos sobre remunerações	19 060,24	25 982,74
Seguro de Acidente de Trabalho	543,00	724,34
Outros gastos com pessoal	384,92	252,99
Total Fundação Princesa Dona Maria Amélia	117 199,11	148 455,19
Total	2 290 144,60	2 203 138,72

Ao longo do exercício de 2021 verificou-se um aumento nos gastos com o pessoal da Instituição. Este aumento está relacionado com o aumento do salário mínimo regional e com a atualização da tabela salarial do contrato coletivo de trabalho da Instituição.

É de salientar que em 2021, à semelhança dos anos anteriores, a valência Externato contou com o apoio de 3 docentes em regime de destacamento, sendo que a sua remuneração fica a cargo da Secretaria Regional da Educação, Inovação e Tecnologia.

Quadro com número de colaboradores no período de 2021 e 2020:

Descrição	31-12-2021	31-12-2020
Lar de Idosos e Centro de Dia		
Vínculo laboral	33	30
Programas de emprego	1	1
Lar de Crianças e Jovens		
Vínculo laboral	0	3
Programas de emprego		
Externato Princesa Dona Maria Amélia		
Vínculo laboral	52	50
Programas de emprego	2	1
Destacados (regime de mobilidade)	3	3
Infantário Rainha Silvia		
Vínculo laboral	33	35
Programas de emprego		
Fundação Princesa Dona Maria Amélia		
Vínculo laboral	16	18
Programas de emprego	1	4
Total Vínculo laboral	134	136
Total Programas de emprego	4	6
Total Destacados	3	3

O Contrato Coletivo aplicado à Instituição é o celebrado entre a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade – CNIS e a FEPCES – Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços e outros.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

18. OUTROS GASTOS

A rubrica de "Outros Gastos" nos períodos de 2021 e 2020 é detalhada conforme segue:

Descrição	31-12-2021	31-12-2020
Lar de Idosos e Centro de Dia		
Impostos		206,78
Quotizações	100,92	269,33
Outros Gastos	1 904,44	495,09
Total Lar de Idosos e Centro de Dia	2 005,36	971,20
Lar de Crianças e Jovens		
Quotizações	10,08	51,14
Apoios financeiros concedidos	80,00	490,00
Outros Gastos	5,27	314,00
Total Lar de Crianças e Jovens	95,35	855,14
Externato Princesa Dona Maria Amélia		
Impostos	906,87	24,86
Quotizações	225,72	702,22
Outros Gastos	2 734,09	3 032,90
Total Externato Princesa Dona Maria Amélia	3 866,68	3 759,98
Infantário Rainha Silvia		
Impostos		10,26
Quotizações	141,12	408,18
Outros Gastos	283,63	413,20
Total Infantário Rainha Silvia	424,75	831,64
Fundação Princesa Dona Maria Amélia		
Impostos	3 246,38	2 252,53
Quotizações	22,20	69,14
Outros Gastos	9 270,88	583,87
Total Fundação Princesa Dona Maria Amélia	12 539,46	2 905,54
Total	18 931,60	9 323,50

19. GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIACÕES E DE AMORTIZAÇÕES

A rubrica de “Gastos/Reversões de Depreciações e de Amortizações” nos períodos de 2021 e de 2020 é detalhada conforme segue:

Descrição	31-12-2021	31-12-2020
Lar de Idosos e Centro de Dia		
Ativos fixos tangíveis		
Edifícios e outras construções	116 633,19	116 380,56
Equipamento básico	21 495,50	22 482,46
Equipamento administrativo	77,70	774,35
Outros ativos fixos tangíveis	61,62	302,70
Ativos intangíveis		
Programas de computador		543,88
Total Lar de Idosos e Centro de Dia	138 268,01	140 483,95
Lar de Crianças e Jovens		
Ativos fixos tangíveis		
Edifícios e outras construções	12 055,42	12 055,42
Equipamento básico	381,58	381,58
Equipamento administrativo		227,29
Ativos intangíveis		
Programas de computador		118,60
Total Lar de Crianças e Jovens	12 437,00	12 782,89
Externato Princesa Dona Maria Amélia		
Ativos fixos tangíveis		
Edifícios e outras construções	205 352,47	207 631,23
Equipamento básico	13 596,42	8 240,56
Equipamento administrativo		843,35
Outros ativos fixos tangíveis	447,53	437,95
Ativos intangíveis		
Programas de computador	3 688,53	3 225,18
Total Externato Princesa Dona Maria Amélia	223 084,95	220 378,27
Infantário Rainha Silvia		
Ativos fixos tangíveis		
Edifícios e outras construções	78 702,78	78 513,29
Equipamento básico	1 139,98	829,80
Equipamento administrativo		450,71
Outros ativos fixos tangíveis	123,06	113,76
Ativos intangíveis		
Programas de computador		738,83
Total Infantário Rainha Silvia	79 965,82	80 646,39
Fundação Princesa Dona Maria Amélia		
Ativos fixos tangíveis		
Edifícios e outras construções	8 238,23	7 927,12
Equipamento básico	366,29	281,04
Equipamento administrativo	863,29	1 213,09
Outros ativos fixos tangíveis	261,25	329,48
Ativos intangíveis		
Programas de computador		469,63
Total Fundação Princesa Dona Maria Amélia	9 729,06	10 220,36
Total	463 484,84	464 511,86

Os gastos registados nesta rubrica são maioritariamente compostos por depreciação dos edifícios, da propriedade da Instituição.



20. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram quaisquer factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

21. EVENTOS SUBSEQUENTES

À data da elaboração destas contas e da sua aprovação, temos presente a pandemia COVID-19, bem como os efeitos da guerra entre a Rússia e a Ucrânia que se iniciou a 24 de fevereiro último. No que respeita à crise pandémica, não há registo de impacto negativo significativo nas contas. Quanto aos efeitos provenientes da guerra prevê-se um período que pode ser de estagflação, ou seja, uma estagnação do crescimento económico e um crescimento acelerado dos preços. Estes efeitos já se fazem sentir nos bens de consumo de primeira necessidade e no setor da energia, no entanto os eventuais impactos desta situação na economia e na nossa atividade ainda não são possíveis de mensurar.

22. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

A Instituição não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, o Conselho de Administração informa que a situação da Fundação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, no período de 2021, foram de 8.052,00€ (IVA incluído) referentes exclusivamente a auditoria das contas.

O número médio anual de utentes foi de 516 em 2021 e de 507 em 2020, repartidas pelas seguintes valências:

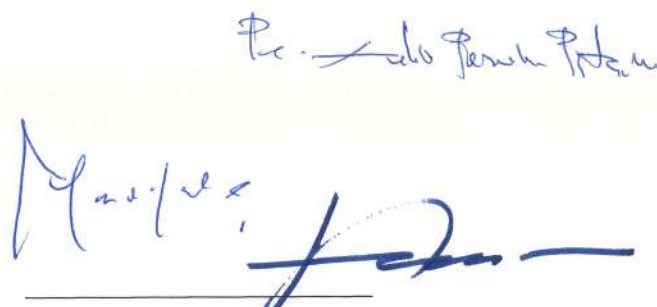
Lar de Crianças e Jovens (até 05/2021)	2	2
Lar de Idosos	43	43
Centro de Dia	0	1
Infantário	137	116
Externato	336	345
Total	518	507

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pelo Conselho de Administração para emissão em 25 de março de 2021.

Funchal, 25 de março de 2021



O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração

ACTA 2 / 2022

Aos vinte e cinco dias do mês de Março de dois mil e vinte e dois, pelas quinze horas, reuniu o Conselho de Administração da Fundação Princesa Dona Maria Amélia, utilizando meios telemáticos, estando presentes na Rua Tierno Galvão, Edifício Amoreiras, Torre Três, décimo andar, em Lisboa, os Senhores Padre Nélcio Pereira Pita, Presidente, Eng. Jorge Jardim Gonçalves, vogal, e Dr. Jorge Alberto Jardim Gonçalves, vogal substituto, e na Sede da Fundação, na Avenida do Infante, número doze, no Funchal, o Senhor Dr. Francisco Costa, vogal, e a Senhora Dra. Nicole Sargo, Directora Executiva.

Aberta a reunião, o Dr. Francisco Costa apresentou ao Conselho o Balanço e a Demonstração de Resultados da Fundação, evidenciando um resultado líquido final positivo de oitenta e sete mil, seiscentos e setenta e dois euros e sessenta e dois cêntimos, bem como o respectivo Anexo e as Demonstrações de Resultados de cada uma das valências, assim como, ainda, o projecto de Relatório do Conselho de Administração, todos respeitantes ao exercício de dois mil e vinte e um.

Depois de analisados por todos os participantes na reunião, e de terem sido prestados todos os esclarecimentos necessários pelos Drs. Francisco Costa e Nicole Sargo, foi decidido, por unanimidade, (1) aprovar o Relatório do Conselho de Administração e as Contas da Fundação Princesa Dona Maria Amélia respeitantes ao exercício de dois mil e vinte e um, antes referidos, e (2) afectar o acima mencionado resultado líquido positivo de oitenta e sete mil, seiscentos e setenta e dois euros e sessenta e dois cêntimos à conta de "Resultados Transitados".

E nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada pelas dezassete horas e dela se lavrou a presente acta assinada pelos presentes.

Dr. Nélcio Pereira Pita





No dia 15 de Abril de 2022, pelas 9h30, reuniu o Conselho Fiscal da Fundação Princesa Dona Maria Amélia, utilizando meios telemáticos, em conferência web, estando presentes na sede social na Avenida do Infante, nº 12, Funchal, o Senhor Arq. João Carlos da Cunha Paredes, Presidente, na Kungl. Hovstaterna Kungl. Slottet, 107 70, em Estocolmo, o Senhor Dr. Jan Lindman, vogal, e na Rua da Bela Vista, nº 166, em Lisboa, o Senhor Eng. Hans Koster, também vogal, com o objectivo de analisar as contas de 2021 da Fundação. Esteve também presente, na Rua Julieta Ferrão, nº 12, Torre A, 501, em Lisboa, o Senhor Dr. Manuel Neves da Silva, Revisor Oficial de Contas.

Verificadas as presenças de todos os membros do Conselho Fiscal, o Senhor Presidente iniciou os trabalhos, analisando os documentos de prestação de contas da Fundação, nomeadamente o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas e por valências, a Demonstração dos resultados por funções, a Demonstração dos fluxos de caixa, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e o Anexo, assim como a Certificação Legal de Contas emitida pelo Revisor Oficial de Contas.

Em face dos documentos apresentados, e após a sua apreciação e discussão, o membros do Conselho Fiscal decidiram, por unanimidade, emitir o seguinte Relatório e Parecer:

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. De harmonia com o disposto na lei e nos estatutos, vem o Conselho Fiscal da **FUNDAÇÃO PRINCESA DONA MARIA AMÉLIA** apresentar o seu Relatório e Parecer sobre o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas e por valências, a Demonstração dos resultados por funções, a Demonstração dos fluxos de caixa, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e o Anexo, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021.

2. Ao longo do ano, e com a regularidade que entendemos ser adequada, acompanhámos a actividade da Fundação, tendo reunido com os membros do Conselho de Administração e obtido destes as informações que julgámos necessárias.

3. No âmbito das verificações efectuadas foi tomada especial atenção ao cumprimento das disposições estatutárias e à regularidade dos registos contabilísticos e documentação de suporte das operações.

4. O Revisor Oficial de Contas, Senhor Dr. Manuel Neves da Silva, prestou esclarecimentos sobre os procedimentos de revisão aplicados durante o ano e apresentou a Certificação Legal das Contas, documento que fica a fazer parte integrante deste Relatório.

5. Em face do exposto e tendo em conta que nenhuma desconformidade foi identificada na realização das verificações levadas a cabo, os membros decidiram emitir o seguinte parecer:

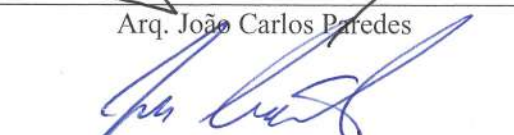
- Que sejam aprovados os documentos de prestação de contas, nomeadamente o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas e por valências, a Demonstração de resultados por funções, a Demonstração dos fluxos de caixa, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e o Anexo, relativos ao ano findo em 31 de Dezembro de 2021.

Funchal, 15 de Abril de 2022.

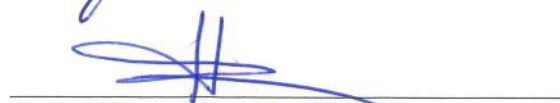
O Conselho Fiscal



Arq. João Carlos Paredes



Dr. Jan Lindman



Eng. Hans Koster

NEVES DA SILVA E MARIA J. PIMENTA
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Inscrita com o nº 126 na LROC e com o nº 20161444 na CMVM
NIPC 503 302 368



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras da **Fundação Princesa Dona Maria Amélia** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2021 (que evidencia um total de 10.928.068 euros e fundos patrimoniais no total de 9.620.521 euros, incluindo um resultado líquido de 87.673 euros (*)), as demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

(*) Repartido entre as diferentes valências como se indica:

- Infantário	(33.047)
- Externato	(80.708)
- Lar Crianças e Jovens	(23.380)
- Lar Idosos e Centro de Dia	54.350
- Fundação	170.458

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da **Fundação Princesa Dona Maria Amélia** em 31 de Dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo adoptada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo adoptada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou em erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas actividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

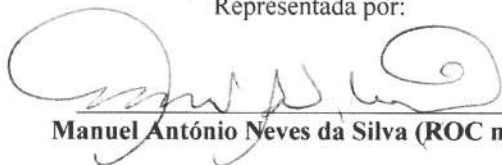
Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

6 de Abril de 2022

Neves da Silva e Maria J. Pimenta, SROC

Representada por:



Manuel António Neves da Silva (ROC nº 625)